



## XIV Fórum Internacional de Administração

50 anos de transformação e o futuro da Administração  
RIO DE JANEIRO- 18 A 20 de maio de 2015

### Os compromissos da educação de qualidade na sociedade moderna

Prof. MSc. Cláudio de Oliveira Cabral  
Coord. do Curso de Administração da Univ. Castelo Branco  
Docente da Universidade Candido Mendes

Prof. Nataly Cordeiro de Abreu Cabral  
Gestora da SME/RJ  
Docente da Universidade Candido Mendes

<http://www.cra-rj.adm.br/publicacoes/anais-XIV-FIA/#374>

XIV FÓRUM INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANAI DO XIV FIA - FÓRUM INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO/ XIV  
FÓRUM INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – Rio de Janeiro: Conselho Re-  
gional de Administração do Rio de Janeiro, 2015.

E-book

ISBN: 978-85-99386-09-5

1. Fórum 2. Administração. I. XIV FÓRUM INTERNACIONAL DE ADMI-  
NISTRAÇÃO

CDU 658.3

\***Cláudio de Oliveira Cabral** – Diretor Executivo da DLCN Consultoria e Treinamento. Professor Universitário (Graduação e Pós-graduação), Mestre em Economia e Gestão Empresarial, Especialista em RH e graduado em Administração. Autor de Trabalho Premiado Internacionalmente no V. CONAMERCO. Prêmio Nacional pelo SEBRAE.

\*\* **Nataly Cordeiro de Abreu Cabral** – Diretora de Projetos da DLCN Consultoria e Treinamento. Professora Universitária. Gestora Escolar. Pedagoga pós-graduanda em Gestão Escolar

## **RESUMO**

O presente artigo trata de uma análise do cenário atual da educação brasileira e seus impactos sobre a sociedade. São abordadas questões a cerca das dificuldades enfrentadas pelos alunos ao chegarem ao Ensino Superior, um problema que já fora estabelecido desde a Educação Básica. Aspectos como obsolescência do currículo adotado nas escolas, falta de preparo e desvalorização dos docentes, falta de políticas públicas eficazes são barreiras que a educação ainda hoje, no século XXI, encontra. Não há como oferecer ensino de qualidade, comprometido com as exigências dos novos paradigmas sociais, enquanto a educação não for de fato prioridade dos governos. O Brasil apresenta uma carência de profissionais produtivos. Nossos profissionais não aprenderam a aprender. As escolas têm ensinado conteúdos descontextualizados e que só se justificam dentro dos muros das escolas. Uma educação de qualidade é capaz de alavancar o desenvolvimento da nação, mas é preciso que a sociedade estabeleça que profissionais deseja formar e quais competências necessita para que se exija dos órgãos competentes uma reformulação do ensino no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação, qualidade, desenvolvimento, sociedade

## **ABSTRACT**

This article is an analysis about the current scenario of Brazilian education and its impact on society. The issues are addressed to the difficulties faced by the students come to the university, an issue that had been established since the Basic Education. Aspects such as obsolescence of the adopted curriculum in schools, lack of preparation and teachers devaluation, lack of effective public policies are barriers to the education today, in the twenty-first century. There is no way to offer quality education, committed to the new social paradigms requirements, while education is not in fact priority for governments. Brazil has a lack of productive professionals. Our professionals have not learned to learn. Schools have taught decontextualized content and that can only be justified within the school walls. A quality education is able to leverage the nation's development, but it is necessary that society tells the kind of professionals it wants and what skills need to be required by the competent bodies a reformulation of education in Brazil.

**KEYWORDS:** education, quality, development, society

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem a intenção de ponderar a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade moderna, verificando aspectos que precisam ser revistos pelas instituições educacionais a fim de dar conta dos avanços já vividos mundialmente, pois é possível perceber que educação e modernidade não caminharam juntas no último século.

A escola é um dos mais antigos tipos de organizações. Ao longo dos anos, as organizações se modernizaram. A administração evoluiu em seus conceitos, adquiriu novas tecnologias e estilos de gestão que priorizam a qualidade de seus serviços a fim de atender melhor seus clientes, que também se modificam com o passar do tempo. Os clientes da escola também mudaram. Tecnologias foram inseridas no contexto social, mas ainda não chegaram às salas de aula de fato. Pouco esforço percebe-se por parte das escolas para adequação ao novo cenário em que se vive. A escola continua presa aos seus conceitos epistemológicos e poucas são as discussões que eficazmente contribuem para uma real mudança de paradigmas.

Atualmente vivemos um momento onde as escolas formam alunos com graves deficiências em sua formação na Educação Básica<sup>1</sup> que acarretam dificuldades para a aprendizagem. Esses problemas ficam bastante evidentes quando o aluno atinge o Ensino Superior. Abre-se então espaço para discussão sobre que tipo de ensino democrático as escolas hoje oferecem, que ao mesmo tempo em que garante o acesso do aluno às salas de aulas não lhes permitem permanecer nelas.

A escola é um espaço fomentador de educação. Nela estão inseridas pessoas. Ela existe para pessoas. Ela é feita por pessoas. A escola se destina a oferecer um serviço especializado, realizados por especialistas: a educação.

Para Dewey (1978), a escola deve educar para o tipo de sociedade que pretende estabelecer. Assim, à medida que a escola produzir pessoas diferentes contribuirá para a melhoria dessa sociedade. Sua frase célebre, “a escola não é uma preparação para a vida; a escola é a própria vida”, significa que a função de uma unidade escolar é vivenciar em seu cotidiano todos os comportamentos que deveriam promover a vida social. Assim, a escola se tornará um viveiro de novos e melhores predicados, como a democracia e o desenvolvimento social, que surgirão naquela sociedade

Ainda hoje muitos se recusam comparar a escola à empresa. No entanto, não há como negar: a escola oferece serviço, tem nela clientes e prestadores deste serviço envolvidos em ações diariamente. Estes prestadores de serviço são os professores. Eles precisam estar motivados para atenderem seus clientes, os alunos, acreditando que a empresa onde trabalham, a escola, é de qualidade e tem capacidade de se destacar pelo trabalho de excelência.

É fato que encontramos muitos professores, principalmente na escola básica, desmotivados e incrédulos com a educação. Diante de tantos episódios de conflitos entre professores e alunos, salas de aula lotadas, poucos recursos

---

<sup>1</sup> Nível de ensino que no Brasil corresponde à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e, segundo Almeida (1991) tem a finalidade de desenvolver os alunos, proporcionando-lhe meios para o exercício da cidadania, além de subsídios para avançarem nos estudos posteriores e no trabalho.

materiais, baixa remuneração, defasagem salarial, pressão por parte dos órgãos reguladores, é fácil entender a desmotivação dos docentes.

Paulo Freire (2001) afirma que a postura do educador deve ser consciente, pois é um intelectual transformador. Além disso, é formador de opinião e, assim sendo, tem a obrigação de estimular o pensamento crítico em no educando, assumindo assim uma opção política de forma coerente. Deve agir de forma vivificada nas práticas em sala de aula. Mas, a questão que fica é: como esse educador irá assumir uma postura que dê conta de todos esses aspectos se ele mesmo está desmotivado? O ser humano age conforme motivado. Quando as necessidades humanas não são supridas sobrevêm sentimentos de frustração, agressividade, nervosismo, insônia, desinteresse, passividade, baixa autoestima, pessimismo, resistência a novidades, insegurança e outros.

A maior inquietação dos órgãos competentes deveria ser, ao invés de sugerir novas (e inúmeras) propostas de políticas públicas ineficazes para o ensino, pensar formas de como reformular o currículo do ensino no Brasil, começando pelos cursos de Formação dos Docentes.

A partir destas reflexões se pretende entender o compromisso social da educação como estimuladora do conhecimento e formadora dos cidadãos que a cada ano são inseridos no mercado de trabalho com poucos subsídios para progredirem, tanto em sua função como nos estudos.

Este estudo torna-se relevante na medida em que aprofundamos ponderações sobre a temática em questão pretendendo-se provocar inquietações sobre a questão da formação dos alunos.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica. Quanto aos procedimentos técnicos será utilizada a pesquisa bibliográfica e a observação direta.

Para Minayo (2003) a pesquisa qualitativa é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. Versa-se de uma atividade da ciência, que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um grau de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser diminuídos à operacionalização de variáveis.

Não será preocupação desta pesquisa a representatividade numérica, mas sim os efeitos diretos na sociedade que a qualificação da educação pode trazer. No entanto, de acordo com Goldenberg (1997) não se há a intenção de fazer julgamentos, nem permitir que as concepções dos autores interfiram na pesquisa.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Muito se discute a questão da qualidade na educação. A qualidade, de acordo com Dourado e Oliveira (2009), é uma concepção histórica que se coloca no tempo e no espaço, sendo efetivada através da conexão com as demandas sociais, no exercício das diversas visões de um dado processo histórico.

É visível que no Brasil existe um discurso em busca da qualidade na educação, conforme se observa nas legislações estabelecidas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º declara que a educação é o primeiro direito social.<sup>2</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9394/96, foi uma alavanca propulsora para a elaboração do Plano Nacional de Educação, aprovado em 09 de janeiro de 2001. Esse Plano estabelece como meta a melhoria da qualidade em todos os níveis educacionais no Brasil (Brasil, 2002). No entanto, efetivamente ainda não se percebe muitos avanços educacionais de forma que dê conta das necessidades existente no mercado e na sociedade. O fato é que a educação inegavelmente é responsável pelo desenvolvimento social.

Os alunos que ingressam no Ensino Superior trazem consigo muitas deficiências, que os acompanham desde o Ensino Médio. Esse problema de dificuldades na aprendizagem já é percebido antes mesmo desses alunos concluírem o Ensino Fundamental.

No Brasil, é latente a necessidade de uma adequação curricular. Os alunos tem um número de disciplinas grande no Ensino Médio. O núcleo comum extenso faz com que o tempo para que o aluno estude áreas de seu interesse seja pouco (ou nenhum dependendo do caso).

As políticas públicas propostas ainda são ineficazes. O currículo desassociado das realidades de sala de aula e mercado de trabalho não estimula o aprendizado. A escola parece existir apenas para dar conta de suas diretrizes e não leva em consideração que sua função é dar subsídios para os indivíduos progredirem sozinhos com ferramentas e conceitos que ele conseguiu construir através da intervenção das propostas de ensino.

Os órgãos oficiais vêm atribuindo à educação como um fator básico do desenvolvimento brasileiro.

Souza (2003) apresenta o seu entendimento sobre as políticas públicas:

*“Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.”*

Azevedo (2003) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Então, seguindo a linha de pensamento do autor, políticas públicas não são feitas pela sociedade, e sim pelo governo. Política é feita pelo o povo, políticas públicas são feitas pelo governo. Logo, políticas públicas em educação é tudo o que o governo faz em função da educação escolar, como construção do prédio, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, etc.

---

<sup>2</sup> “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Brasil, 1998)

Embora não seja um despontamento recente, Freitag (1986), chama atenção em seus estudos sobre as décadas de 60 e 70, “durante longos períodos da história brasileira a educação como fator do desenvolvimento foi total ou parcialmente negligenciada”. Esse quadro que, muito embora com certos avanços, é considerado semelhante neste início de século, questiona as intenções (explícitas e implícitas) desta postura, pois, como também lembra Freitag (1986), “somente uma análise estrutural mais ampla das condições econômicas, políticas, sociais e históricas da sociedade brasileira permitiria responder satisfatoriamente” cabendo aqui reflexões que apontam no sentido de responder até que ponto as proposições das políticas públicas em educação têm efeito sobre a atual realidade social e econômica brasileira.

O estudo sobre políticas educacionais tem tomado proporção na última década. Isso ocorreu devido a história da Educação ter redimensionado suas fontes de pesquisa. Assim, convenções, leis, decretos, campanhas publicitárias, parâmetros curriculares, instrumentos gerenciais, planos nacionais e regionais, tem sido considerados fontes de estudo.

Além da dinâmica escolar não colaborar na formação plena dos alunos, também se enfrenta outra barreira na reformulação do ensino: a falta de preparo dos professores. As universidades ainda não formam profissionais aptos a enfrentarem o mercado de trabalho. As aulas são quase sempre teóricas e longe da realidade que se vive. E com os cursos de formação de docentes não é diferente. Os estudantes das licenciaturas muito discutem teorias e pouco vivenciam práticas. Quando os professores chegam às salas de aula se desmotivam ao perceberem que todos os textos discutidos são pouco eficazes para os auxiliarem com seus alunos.

Professores desmotivados produzem alunos despreparados. Não há como um professor que enfrenta múltiplas jornadas de trabalho produzir aulas que atinjam seus alunos. O salário dos professores no Brasil faz com que os mesmos busquem várias escolas para trabalhar, os deixando com pouco tempo de refletir sobre sua prática pedagógica. Muitos abandonam a carreira por conta destes salários pouco atrativos.

De acordo com Gadotti (2013): “para melhorar a qualidade da escola pública é preciso investir na formação continuada do professor.” A valorização do professor é muito importante para que se garanta uma educação de qualidade. Isso se dá, desde a educação básica, até o nível superior.

A Educação Básica precisa ser repensada. Os alunos precisam começar vivenciar experiências práticas desde cedo. No Brasil, até 2016, deve ser assegurado o acesso de todas as crianças de 4 anos à Educação Infantil. No entanto o que se percebe é que escolas estão sendo construídas, vagas oferecidas, mas as condições de oferta do ensino ainda não são de qualidade. Os professores dos primeiros anos do ensino são vistos ainda comum espectro maternal.

Definir qualidade não é uma tarefa fácil. Principalmente quando se busca um conceito atual, que dê conta de preencher as expectativas de um mundo contemporâneo. No entanto, destaca-se o fato de esse conceito moderno é algo momentâneo, dependerá das expectativas que a sociedade estiver vivendo. De acordo com Paladini (2012) em pouco tempo, o moderno vira velho, obsoleto.

É importante, então, notar que a conceituação de qualidade irá variar de acordo com as necessidades vividas no momento da análise.

Qualidade é uma palavra de domínio público, utilizada em situações diversas (diferente da palavra computador, que todos utilizam da mesma forma, entendem que computador é um aparelho com utilidades tecnológicas). É um conceito

particular que está ligado às expectativas de cada indivíduo, que é influenciado pela sua cultura, modelos mentais, pessoas que o cercam.

De acordo com Garvin (2002) existem quatro diferentes “eras da qualidade” (nas indústrias norte-americanas, mas que podem ser entendidas igualmente em qualquer outro lugar)

*a)era da inspeção:* iniciou juntamente à produção em massa, substituindo o trabalho artesanal. A qualidade era entendida pelos clientes em função das propriedades de execução, serventia e durabilidade do artigo. Torna-se necessário o estabelecimento dos padrões. As peças com defeito encontradas eram remetidas ao departamento de produção, que tratava de retrabalhá-las ou descartá-las para que não chegassem ao consumidor final.

*b)era do controle estatístico da qualidade:* a principal inovação foi a do reconhecimento da variabilidade como um atributo normal dos processos produtivos. Foram definidos limites superiores e inferiores de controle. Se os resultados das medidas estivessem fora dos limites de controle, seria o indicativo de que alguma coisa anômala estaria acontecendo, sugerindo a cessação do processo produtivo e a vistoria.

*c)era da garantia da qualidade:* foram desenvolvidas abordagens inovadoras que forneciam uma cadeia de instrumentos cuja finalidade era mostrar que as despesas absolutas da qualidade poderiam ser diminuídas por meio de uma ampliação dos custos de precaução. Esta era foi assinalada pela possibilidade de quantificar os custos de prevenção e de deformidades, aliada à extensão da prevenção para as atividades de projeto de produto e processo, escolha de fornecedores e treinamento e motivação dos funcionários.

*d)era da administração estratégica da qualidade:* Juran e Gryna (1980) definiam a qualidade como uma medida da adequação ao uso. Assim, um produto, para ter qualidade, deveria ter um bom projeto, ser produzido em conformidade com esse projeto, ser seguro para a empresa e o cliente, ter alta confiabilidade em uso. Crosby (1979), por sua vez, definia qualidade como a conformidade com os requerimentos de projeto. Entretanto, com o passar do tempo, esse autor alterou uma palavra em sua definição que mudou completamente o seu significado, passando a definir a qualidade como a conformidade com os requerimentos dos clientes (Crosby, 1992).

O ponto de destaque quando se fala de qualidade é superação da conformidade. Um produto ou serviço para ser de qualidade tem que ir além das especificações, tem de atender às necessidades dos clientes.

As organizações brasileiras vem passando intensas transformações que se fazem observar por alterações nas relações sociais e políticas, entre os agentes envolvidos, nas várias tecnologias que aparecem e se tornam disponíveis, quase que de um modo repentino nas modificações, extremamente profundas. Torna-se fundamental, para dar conta de atender a essas mudanças, pensar em como atendê-las de modo eficaz e com qualidade. Não há como pensar qualidade sem educação.

E se nas empresas se fala em qualidade, precisa-se pensar na mesma qualidade sendo ofertada aos que irão atuar nessas empresas.

De acordo com Ruthes (2010), Gestão da Qualidade Total é definida como “uma estratégia de administração orientada a criar consciência da qualidade em todos os processos organizacionais.” Longo (1996) complementa quando diz que:

*“A Gestão da Qualidade Total (GQT) é uma opção para a reorientação gerencial das organizações. Tem como pontos básicos: foco no cliente;*

*trabalho em equipe permeando toda a organização; decisões baseadas em fatos e dados; e a busca constante da solução de problemas e da diminuição de erros.”*

Ainda sobre as definições sobre qualidade total, podem-se citar as ideias de Mear (1993):

*“A Gestão pela Qualidade total é um sistema permanente e de longo prazo voltado para o alcance da satisfação do cliente através de um processo de melhoria contínua dos produtos e serviços gerados pela empresa. Sendo que de caráter geral, uma gestão pela qualidade total que efetivamente tenha controle sobre a qualidade, tem como necessidade a participação de todos os membros das empresas, incluindo gerentes, supervisores, trabalhadores e seus executivos, na busca do objetivo de melhoria contínua.”*

A qualidade total sugere investigar as profundezas, a origem, os fundamentos, onde a qualidade é elaborada. A gestão da qualidade total é um processo cíclico e, portanto, sem início e sem terminação.

Pode-se dizer que gerenciar a qualidade do produto ou serviço é por em prática atos definidos, com o objetivo de garantir que as exigências dos clientes estão sendo identificadas com exatidão.

Diversos autores defendem que a gestão pela qualidade total é uma estratégia administrativa e que deve estar alinhada à estratégia de negócio da empresa.

A busca pela qualidade teve seu início no Japão. Até o meio do século XX, os produtos japoneses eram conhecidos como de baixa qualidade e baratos, e não gozavam da consideração que têm hoje em dia. Naquela época, a qualidade no Japão era obtida através da inspeção.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão era um país carente, demolido, totalmente assolado. Dispunha somente de um recurso, seu povo, sua intensa coragem humana, que reergueu a nação e a colocou no alto do mundo econômico. Havia um grupo de jovens empresários que queriam se dedicar à construção de uma nova nação. O mundo conhece as marcas destes empresários: Nikon, Sony, Toyota, Yamaha, Honda, entre outras, que se tornaram sinônimos do benchmarking de qualidade.

Pode-se sintetizar que o aconteceu no Japão foi um grande e envolvente movimento organizado, através de um processo amplo difundido nas empresas japonesas, cujas características fundamentais são as mesmas apresentadas na Era da Gestão da Qualidade Total.

E por que não falar em qualidade total no ensino? Se o que se pretende são empresas funcionando de modo pleno, com profissionais aptos garantindo a estratégia de negócio é necessário que todo esse processo se inicie desde a Educação Básica. As escolas precisam ser de qualidade. O ensino precisa ser de qualidade. Os professores precisam ser qualificados e valorizados para poderem ministrar essas aulas de qualidade. Os órgãos responsáveis pelas diretrizes do ensino precisam entender que quando se repensar o conceito arcaico que se tem de escola, levando-se em conta que a educação é a base para o progresso, é que se iniciará uma nova era educacional para se atender às exigências modernas da sociedade.



Falar em qualidade na educação é falar de uma nova qualidade, onde se aguça o aspecto social, cultural e ambiental da educação, em que se aprecia não só o conhecimento típico, mas também o sensível e o técnico.

Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela.

O Documento de Referência da Conferência Nacional de Educação (MEC, 2009) refere-se à qualidade da educação no Eixo II, associando este tema ao da gestão democrática e da avaliação.

*“A educação com qualidade social e a democratização da gestão implicam a garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas. (...) Debater a qualidade remete à apreensão de um conjunto de variáveis que interfere no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, como concentração de renda, desigualdade social, garantia do direito à educação, dentre outras.”<sup>3</sup>*

Educação de qualidade para todos não é assegurada pelo fato de garantir aos alunos em idade escolar uma matrícula. É preciso que os alunos tenham garantido o seu acesso e sua permanência na escola. Para isso, faz necessária a criação de ações que deem conta de proporcionar aos alunos condições de estudar, embora se entenda que uma educação de qualidade está para além dos muros da escola. Acontece em todos os lugares, de acordo com as possibilidades e as necessidades do aprendiz e das pessoas que estão a realizar o trabalho pedagógico.

Não adianta oferecer vagas se muitas outras competências deixam de ser percebidas. Os alunos tem necessidades em outras áreas que se não forem atendidas será ineficaz tudo que se pensar em educação. Se educação é tudo, para se educar é necessário se pensar em aspectos cognitivos, sócio-educacionais, psicomotores, nutricionais, afetivos do desenvolvimento da criança. Os alunos para serem preparados para a alfabetização precisam estar em boas condições físicas e emocionais.

Ao chegar ao Ensino Fundamental, onde a escolarização de fato se inicia, os professores precisam ensinar muito mais do que decodificar sinais gráficos e fazer cálculos sem contextualização. O ensino deve ser globalizado. A razão de muitos alunos chegarem ao Ensino Superior sem condições de analisar situações-problemas apresentadas é que ainda não aprenderam a ler. Quando se fala em aprender a ler não é somente juntar letras para ser formar palavras e frases, que unidas formam textos. Ler é entender o que se está sendo decodificado e impetrar sua análise crítica, sendo exatamente isso que as escolas de nível fundamental

---

<sup>3</sup> Conferência Nacional de Educação. Documento Final. 2010. <http://conae.mec.gov.br/>

ainda não fazem. Quando muitos alunos apresentam pavor às disciplinas ligadas às ciências exatas é porque não sabem calcular. Da mesma maneira, pode-se afirmar que não sabem contextualizar o que está sendo solicitado a ser calculado, pois não é feita a análise textual. Na maior parte das escolas os alunos são ensinados a realizarem as operações matemáticas, mas não quando usá-las.

Esse problema se arrasta por toda a Educação Básica e ao chegar ao Ensino Superior muitos alunos ficam desmotivados, sentem que não conseguirão progredir. A taxa de evasão no Ensino Superior no Brasil em 2009 foi de 20,9%<sup>4</sup>. O número de alunos que desiste de progredir em seus estudos ainda é alto.

A falta de qualificação dos profissionais acarreta alguns problemas graves para a economia e o desenvolvimento tecnológico da sociedade em geral. A capacidade produtiva no Brasil é uma das menores dentre os países em desenvolvimento. Com isso, o valor da mão-de-obra é encarecido.

Um país depende da sua capacidade de geração de inovações tecnológicas. O economista Joseph A. Schumpeter foi um dos primeiros defensores de um país e a sua capacidade inovadora. Sua importância para a teoria econômica contemporânea foi tão marcante que atualmente uma das correntes mais fortes na economia é chamada de neo-schumpeteriana.

A ideia de Schumpeter era de que a inovação tecnológica é o verdadeiro motor do desenvolvimento econômico. O surgimento da internet é um exemplo deste processo. A internet provocou mudanças em toda a economia. Nas comunicações, no comércio, na forma de organização da produção, na geração e transmissão do conhecimento.

A inovação, no entanto não é algo que surge de modo espontâneo, é necessário investir em pesquisa e desenvolvimento para que a inovação ocorra.

Em princípio acreditava-se que o papel principal era do empresário e do seu empreendedorismo. O próprio Schumpeter em seus trabalhos esclarece que o centro do processo de inovação é fruto de um conjunto de relação entre empresas privadas, governos e as universidades no que se convencionou chamar de sistema nacional de inovações.

Vale salientar que o Brasil está longe de constituir um sistema nacional de inovações por diversas razões, entre elas as empresas ainda dedicam uma parcela muito reduzida de seus lucros para os investimentos em pesquisas e desenvolvimentos; o governo tem dificuldades em definir com clareza qual a sua política na área; o distanciamento entre as universidades e o setor produtivo é outra particularidade.

Quanto a Era do Desenvolvimento, começou após a II Guerra Mundial e a partir deste momento foram definidos os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. Sendo assim, os países desenvolvidos eram aqueles que apresentavam altos índices de rendimentos dos fatores de produção e os países subdesenvolvidos tinham um baixo produto interno bruto (PIB) (Figueiredo, 2001).

Segundo Oliveira (2002):

*“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformando*

---

<sup>4</sup> Censo do MEC de 2009. Disponível em <[g1.globo.com/educacao/noticia/2011/02/pais-perde-r-9-bilhoes-com-no-ensino-superior-dis-pesquisador.html](http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/02/pais-perde-r-9-bilhoes-com-no-ensino-superior-dis-pesquisador.html)>. Acesso em 20/03/2015.

*para satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. É dessa maneira que desenvolvimento passa a ser entendido como uma resultante do processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir o crescimento auto-sustentável, ou seja, talvez alcançar a capacidade de crescer sem fim, de maneira contínua”.*

Quanto ao desenvolvimento econômico, pode-se entender que é um processo pelo qual ocorre uma variação positiva das variáveis quantitativas, acompanhado de variações qualitativas.

a) Variáveis quantitativas: crescimento econômico, aumento da capacidade produtiva de uma economia medida por variáveis como PIB (produto interno bruto);

b) Variáveis qualitativas: melhorias nos aspectos relacionados com qualidade de vida, saúde, educação, medidas por indicadores sociais, como IDH.

O Japão submergiu a guerra militar, mas tem sido vencedor na guerra econômica de modo definitivamente extraordinário, a ponto de muitas nações e empresas ocidentais buscarem ansiosamente copiar o modelo japonês.

Barçante (1998) destaca alguns fatores quanto a evolução da Qualidade no Japão que de forma indireta influenciou muitos países, como a padronização ampla dos produtos, a ampla comunicação e educação pública, envolvimento e comprometimento da alta administração empresarial, o desejo de elevar a qualidade à condição de tópico de importância nacional. É notória a preocupação dos japoneses com qualidade e esta se mostra como a chave do sucesso deste país.

No Brasil acompanhamos, nos últimos anos, um ciclo de crescimento econômico oportunizado pela melhor distribuição de renda, pela melhoria do salário mínimo, pela extensão da previdência para todos, pelo crédito popular e por outras políticas econômicas e sociais. O crescimento em nosso país hoje pode estancar sem a melhoria na educação.

A qualidade da educação é condição da eficiência econômica. A sociedade exige das pessoas autonomia intelectual, capacidade de pensar, de ser cidadão. A qualidade do trabalhador não se mede mais pela resposta a estímulos momentâneos e conjunturais, mas pela sua capacidade de tomar decisões. O trabalhador hoje precisa ser pró-ativo, dotado de múltiplas habilidades e especialista ao mesmo tempo. Não um generalista. Ele deve ser polivalente no sentido de que possui uma boa base de cultura geral que lhe permita abarcar o sentido do que está fazendo.

A qualidade política e econômica de um país está sujeita à qualidade da sua educação. Isso não quer dizer que a economia deva determinar o que se acontece na educação, conforme apoia Almeida (2006):

*“[...] a educação não tem como finalidade servir à economia, e sim ser a indicadora dos caminhos da economia. Não deve ficar de costas para ela, mas não precisa ser sua escrava, nem ter pragmatismo tal que seus índices de eficácia sejam medidos pelas taxas de crescimento econômico [...]”*

Qualidade na educação implica reconhecer de que educação está falando, já que não existe um só entendimento de educação. Paulo Freire defendia uma

educação emancipadora como direito humano. A educação não deve ser vista apenas como um investimento econômico e nem a qualidade defendida em função apenas dos “resultados” econômicos do investimento em educação.

## CONCLUSÃO

A educação é responsável pelo desenvolvimento da sociedade. Todas as áreas de um país são reflexos de como vai a educação. Melhorar o nível da qualidade da educação ofertada à população deve ser o esforço da União quando o que se busca é aumentar os índices de desenvolvimento da sociedade.

A qualidade é algo que o homem busca como padrão, no entanto, seus resultados e percepções a cerca deles irão depender das situações proporcionadas e das expectativas colocadas. A busca por avanço da qualidade da educação demanda medidas não só no campo do ingresso e da permanência, mas requer ações que possam reverter a situação de baixa qualidade da aprendizagem, o que implica, por um lado, identificar os condicionantes da política de gestão e, por outro, pensar sobre a construção de estratégias de modificação do quadro contemporâneo.

O conceito de qualidade não pode ser comprimido a resultado escolar, nem aceitado como apontador para o estabelecimento de mero *ranking* entre as instituições de ensino. Assim, uma educação com qualidade social é caracterizada por um conjugado de fatores intra e extra-escolares que se aludem às condições de existência dos alunos e de suas famílias, ao seu contexto social, cultural e econômico e à própria escola.

O governo brasileiro deve mudar o paradigma de avaliação da qualidade na educação. As ações atuais mostram-se pouco eficazes e não há melhoria sustentável da educação no país no longo prazo. Os resultados são conhecidos dentro e fora das escolas, como o fato de um trabalhador europeu ser em média quatro vezes mais produtivo que um brasileiro, justamente pela defasagem de qualificação e investimento em tecnologia.

A educação de qualidade é a base para um processo de inovação social. O Estado ao compreender essa afirmativa muito pode ganhar, com cidadãos críticos, criativos, capazes de produzir mais dividendos para a nação, que é percebido na medida em que os governos mais investirem em saúde, educação, segurança, lazer, direitos garantidos a todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. "Por que educação em primeiro lugar"? In: Fernando José de Almeida, org. *O DNA da educação: legisladores protagonizam as mais profundas e atuais reflexões sobre políticas públicas*. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Competências na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 1991.
- AZEVEDO, S. de. *Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns programas de implementação*. In: SANTOS, JÚNIOR, O. dos. (et.al.) *Políticas Públicas e Gestão Local: Programa Interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BARÇANTE, L. *Qualidade Total: uma visão brasileira, o impacto estratégico na universidade e na empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento de referência*. Brasília, DF: MEC, 2010.
- CROSBY, P. *Quality is free*. New York: New American Library, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Zero Defects*. *Quality Progress*, Febr. 1992.
- DEWEY, J. *Vida e educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- DOURADO, L. ; OLIVEIRA, J. A qualidade da educação: *perspectivas e desafios*. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 29, n.78, p.201-215, mai./ago. 2009.
- FIGUEIREDO, R. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas Padre Anchieta*. Ano II – Nº 4 – Agosto/2001.
- FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. 6ªed. Coleção Universitária - São Paulo: Moraes, 1986.
- GARVIN, D. A. *Gerenciando a Qualidade: a visão estratégica e competitiva*. Tradução de João Ferreira Bezerra de Souza. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.
- JURAN, J.; GRZYNA JR., Frank M. *Quality planning and analysis*. New York: McGraw-Hill, 1980.
- LONGO, R. *Gestão da Qualidade: Evolução Histórica, Conceitos Básicos e Aplicação na Educação*. In: SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: EM BUSCA DA EXCELÊNCIA, 1995, São Paulo. Texto para discussão n. 397. Brasília, 1996.
- MINAYO, M (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MEARS, P. How to stop talking about, and Begin progress toward total quality management. In: *Business Horizons*. V. 36. Greenwich, 1993, p. 66-68
- PALADINI, E. *Gestão da Qualidade*. São Paulo: Atlas, 2012.
- OLIVEIRA, G. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. *Revista da FAE*, Curitiba, v.5, nº 2, p.41-48, maio/agosto, 2002.
- RUTHES, J. *Gestão da Qualidade Total*. In: WIKIPEDIA a enciclopédia livre. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o\\_da\\_qualidade\\_total](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_da_qualidade_total)>. Acesso em: 25 abr. 2014.
- SOUZA, C. *Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.